

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Thays Marcela Ferreira

**HERANÇAS LINGUÍSTICAS AFRICANAS NAS CANTIGAS DOS
GARIMPEIROS EM MINAS GERAIS - SÉCULO XX**

SÃO PAULO
2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Thays Marcela Ferreira

**HERANÇAS LINGUÍSTICAS AFRICANAS NAS CANTIGAS DOS
GARIMPEIROS EM MINAS GERAIS - SÉCULO XX**

Monografia apresentada à Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção de título de Especialista em Língua Portuguesa, sob orientação da Prof. Dra. Leonor Lopes Fávero.

SÃO PAULO
2010

DEDICATÓRIA

A todos os amigos de coração e espírito africanos e afrobrasileiros.

AGRADECIMENTOS

Ao grandioso Deus que sempre me ouve e torna possíveis todas as coisas em minha vida.

Aos meus amados pais, Manoel e Marcela, e irmãos, Fábio e Raphaela, que tanto me incentivam e apóiam.

À Professora Doutora Leonor Lopes Fávero, por me orientar com compreensão e doçura, despertando o desejo de ir além.

Aos Professores Doutores Jarbas Vargas Nascimento Filho e José Everaldo Nogueira Junior, pela amizade e pelo exemplo que me inseriram no universo da pesquisa acadêmica.

Aos amigos do grupo de pesquisa Memória e Cultura na Língua Portuguesa Escrita no Brasil, em especial ao Wanderson Santos Silva e ao Antônio Carlos Rodrigues dos Santos, parceiros empenhados que, mesmo distantes, se mantêm à disposição para desbravarmos novos horizontes.

RESUMO

Essa monografia tem como tema o estudo das marcas lingüísticas africanas presentes no português do Brasil, dado o longo período de contato entre as línguas durante os anos de escravidão e, também, nos anos subseqüentes.

Trata-se de uma pesquisa que considerou os registros de cantigas de garimpo no século XX, publicados em livro, como documentos históricos oficiais passíveis de análise a partir dos procedimentos da Historiografia Lingüística.

A pesquisa partiu do estabelecimento de um quadro geral das teorias histórico-linguísticas, seguindo a construção de um painel com os principais acontecimentos da história, a fim de se criar um cenário em que pudéssemos situar o objeto de nosso estudo. Desse painel também fazem parte as informações que nos apresentam o autor da obra, Mata Machado, conhecendo sua formação intelectual e os objetivos da coleta das cantigas.

As cantigas escolhidas, dentre tantas registradas pelo autor, são uma pequena amostra dos elementos lingüísticos que marcam alterações oriundas de práticas de diversos falares, muitas delas cristalizadas na língua em uso no país atualmente, pelas quais pudemos verificar alguns processos de incorporação de estrangeirismos pela língua portuguesa. Para explicitá-las lançamos mão do uso da metalinguagem, bem como da contextualização das ideias lingüísticas e da história cultural da sociedade brasileira.

Considerar as opiniões e hipóteses elaboradas por diversos estudiosos, cada qual em sua realidade específica, em que vimos diferentes amostras, condições e critérios de análise variáveis foi tarefa fundamental para que pudéssemos elucidar alguns fatos e conduzindo-nos a conclusão de que há uma necessidade urgente de dar continuidade aos trabalhos na área, explorando os procedimentos metodológicos, em busca de se estabelecer um trabalho mais preciso de análise historiográfica.

ABSTRACT

This monograph deals with the study of African brands present in Portuguese language in use in Brazil, given the long period of contact between languages during the years of slavery and also in subsequent years.

This is a research that found the records of mining songs of the twentieth century, published in book as historical documents subject to official analysis from the proceedings of the Linguistic Historiography.

The study started establishing a general framework of historical and linguistic theories, following the construction of a panel with key historical events in order to create a scenario where we could place the object of our study. The information submitted by the author, Mata Machado, also part of this panel, knowing his intellectual formation and goals of the collection of songs.

The songs chosen among many recorded by the author, is a small sample of the linguistic elements that mark changes arising out of practices of various dialects, many of which crystallized in the language used in the country today, why we could see some processes of incorporation of foreign words by Portuguese language. To explain them we employed the use of metalanguage and the contextualization of linguistic ideas and cultural history of Brazilian society.

Consider the opinions and theories developed by various scholars, each in its specific circumstances, we saw various samples, conditions and criteria for analysis variables was fundamental task that we could clarify some facts and leading us to conclude that there is an urgent need to continue the work in the area, exploring the procedures, seeking to establish a more precise analysis of historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA	3
1.1. Origem e desenvolvimento	3
1.2. Procedimentos de Pesquisa em Historiografia Lingüística	5
1.2.1. Princípio da Contextualização.....	7
1.2.2. Princípio da Imanência	8
1.2.3. Princípio da Adequação Teórica	8
CAPÍTULO II: As cantigas de trabalho nos primeiros anos do século XX.....	10
1. O contexto histórico e as idéias lingüísticas	10
2. O escravismo e o desenvolvimento econômico do Brasil.....	16
3. São João da Chapada e a atividade de mineração.....	19
CAPÍTULO III: Análise das cantigas do ponto de vista da língua.....	22
1. O sanjoanense e as cantigas de trabalho	22
2. Influência, crioulização, semicrioulização e alternância de códigos	29
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	37

INTRODUÇÃO

A problemática da relação entre as línguas africanas e o português do Brasil representa parte importante a ser considerada quando se estuda a formação da língua portuguesa.

Da mesma forma, a Historiografia Lingüística apresenta-se como uma possibilidade de pesquisa que leva em conta fatores lingüísticos e extralingüísticos, como o levantamento histórico e a constatação da presença de fatos da história cultural na história da língua e vice-versa.

Nesse sentido, o presente trabalho trata da análise de cantigas entoadas por escravos e seus descendentes no garimpo de Minas Gerais, coletadas por Aires da Mata Machado Filho e registradas em livro, tendo por objetivos investigar a partir da HL quais são as marcas lingüísticas africanas presentes nas cantigas que ajudaram a forjar o português do Brasil.

Justifica-se esse trabalho pelo fato de que poucos estudos até o momento privilegiaram a participação negroafricana na formação do português. No bojo dessa carência, há que se experimentar diferentes caminhos para a pesquisa em historiografia. É também necessária uma revisão de termos, conceitos e procedimentos para a obtenção de documentos históricos que possam atestar a participação efetiva de povos e línguas africanas na formação da língua do Brasil.

Tomamos os princípios metodológicos para a realização da pesquisa historiográfica como forma de organização do trabalho, partindo da contextualização, passando pela análise lingüística e buscando uma reflexão sobre a HL, além de levantar as marcas do convívio africano em contato com a língua portuguesa.

Assim, no primeiro capítulo, procuramos conhecer a origem da HL e entender sua consolidação como ciência. Para isso, procuramos compreender alguns expedientes de que ela se utiliza, como a interdisciplinaridade, a metalinguagem e a definição de procedimentos metodológicos para operacionalização das análises.

No segundo capítulo, propusemos-nos a averiguar os fatos do passado, fazendo um levantamento do contexto, o que nos permitiu compreender o clima de opinião da época. Essa contextualização levou em conta os desdobramentos dos estudos lingüísticos

periodizados por Marli Quadros Leite, os fatos da história cultural permeados por fatos da língua, recortados por Marly de Souza Almeida e os levantamentos históricos feitos por Sílvio Elia. Além disso, investigamos os dados biográficos de Mata Machado, a fim de conhecer as bases de sua formação intelectual e compreender seu pensamento sobre a língua. Do ponto de vista da história, ainda no segundo capítulo, tratamos da questão do escravismo no Brasil e seu papel no desenvolvimento econômico e cultural da nação e, principalmente, da região de São João da Chapada, onde foram ouvidas e registradas as cantigas.

Após ter realizado a contextualização dos aspectos citados, compusemos o terceiro capítulo, no qual passamos à análise das cantigas do ponto de vista da imanência. Para tanto, procuramos aprofundar o entendimento dos vissungos e de seu papel social, sua importância para o povo sanjoanense e, em seguida, identificamos os aspectos lingüísticos de cada uma das amostras, promovendo o diálogo entre diversos autores no que tange às explicações lingüísticas de cada item identificado. Também no terceiro capítulo trouxemos à tona uma reflexão sobre a abordagem dos assuntos relacionados às línguas africanas e o português brasileiro, conduzindo-nos pelo olhar de Emílio Bonvini, que compara as definições arroladas por diferentes estudiosos a respeito da inadequação dos conceitos de “influência”, “crioulização” e “semicrioulização” do português brasileiro, pouco elucidados ou até negligenciados ao longo do tempo nos estudos sobre o assunto.

Por fim, tomamos a liberdade de nos apropriar das palavras de Fiorin e Petter (2008) que, no prefácio à obra *África no Brasil*, expressam a maior razão de motivou também o nosso trabalho: “*pretendemos revelar um sentimento de profundo respeito pelos povos africanos e pelas suas línguas, cristalizações de suas maneiras de ver o mundo. [...] Pode-se dizer que (o livro) nasceu no coração de um grupo de pesquisadores que não acredita em superioridades de raças, de povos, de línguas, mas apenas em diferenças, com que se deve conviver, sem preconceitos, sem discriminações, sem ressentimentos, sem ódios.*” (Fiorin e Petter, p.11).

CAPÍTULO I: HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

1.1. Origem e desenvolvimento

O desenvolvimento de estudos em Historiografia Lingüística (HL), cujas bases estão em processo de consolidação, compreende um conjunto de questões abertas, isto é, temas ainda carentes de pesquisas aprofundadas devido ao grau de complexidade.

Nascida em decorrência da Lingüística Histórica, a Historiografia Lingüística se constitui, segundo Jarbas Vargas Nascimento (2005, p.11) “como uma ciência em ascensão no âmbito da Lingüística, integrando o objeto das diversas áreas do conhecimento que concebem a língua em sua relação com a história e sua realidade social”. Ela se configura como opção de trabalho complementar ao modelo de história da lingüística, tendo como objeto de estudos a seleção, a ordenação e a reconstrução do conhecimento lingüístico baseado em interpretações críticas do processo dessa produção, contextualizada do ponto de vista histórico social e cultural (Bastos, 2004, p.18).

Embora tenha se estabelecido como disciplina na década de 70, foi a partir de 1980 que o interesse pela pesquisa historiográfica passou a tomar espaço nos núcleos acadêmicos, o que vem ocorrendo até hoje, conforme se verifica com o surgimento de grupos de pesquisa nas universidades, com a inserção do tema em encontros culturais nacionais e internacionais, com a publicação de artigos científicos e com o surgimento de trabalhos de mestrado e doutorado que tenham como suporte a HL.

Sua constituição exige um olhar interdisciplinar que conjugue, essencialmente, duas disciplinas: a História e a Lingüística, que “auxiliada pelo cientificismo que iluminava os grandes estudiosos do século XIX, passou a ser compreendida como ciência, já que seus fatos poderiam ser descritos, analisados e comprovados”. (Fávero, 2006, p. 17). Quanto à História, cujo fazer limitava-se à elaboração de cronologias de fatos envolvendo personagens significativos, a partir do início do século XX uma nova abordagem foi proposta por estudiosos influenciados pelos ensinamentos das ciências sociais. A nova concepção propunha um fazer histórico que concebesse o tempo de forma não linear, em diálogo com outros tempos e diversas disciplinas.

O cientificismo do final do século XIX e início do XX também influenciou a concepção de História, que passou por novos desdobramentos com a criação dos *Annales* e, paralelamente, da *École des Annales*, tendo esta última se dividido em três gerações. A primeira buscava interpretar o fato histórico não apenas como uma descrição, mas de forma problematizada, considerando-o em toda sua espessura, em diálogo com os vários aspectos sociais. A segunda geração foi marcada por quantificações, por técnicas e até pela influência marxista. Marcada pelo estruturalismo, a terceira geração ampliou o conceito de fonte, fazendo uso de documentos psicológicos, arqueológicos, orais etc. Fávero (idem, p. 22) salienta um ponto comum às três gerações dos *Annales*: a ênfase na questão metodológica,

[...] já que a interdisciplinaridade, a análise dos fatos advindos de várias áreas, tendo em vista a construção de uma história-problema, imprime uma especial importância à interpretação dos dados e à busca constante de esclarecimento dos porquês.

No que diz respeito à Historiografia Lingüística, cujo objeto de estudo, segundo Nascimento (2005), é a língua, há que se considerar também a História das Ideias Lingüísticas, isto é, o estudo dos saberes fundados na ciência lingüística, o que inclui não somente as antigas gramáticas portuguesas, mas o pensamento sobre linguagem no Brasil, as Instituições onde tais questões eram discutidas e disseminadas, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam. Portanto, podemos entender que o objeto de estudo da HL é mais do que a língua: são os documentos em que podemos analisá-la e recuperá-la, levando-se em conta o contexto em que foram produzidos e o conjunto de ideias lingüísticas arroladas à época de sua produção.

No prefácio da obra em que Bastos e Palma procedem a um levantamento das gramáticas do português seguido de uma reflexão sobre a visão que os gramáticos tinham da Língua Portuguesa através dos séculos, Fávero afirma que não é fácil conceituar Historiografia Lingüística e, tendo já havido muitas tentativas, opta pela definição de Swiggers de que é a disciplina que descreve e explica como se adquiriu, formulou, transmitiu e se desenvolveu o conhecimento científico e um de seus interesses é a gramaticografia. Essa afirmação corrobora a apresentação que as organizadoras fazem da HL com base em Koerner, Swiggers e Altman, como o modo de escrever a história do saber

lingüístico, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto (Bastos, op. cit., p. 10).

Neste trabalho, considerando-se as concepções expostas acima, vamos estudar a língua inscrita em documentos tanto numa perspectiva inerente à própria área do conhecimento da Lingüística como numa perspectiva que considera a língua como processo e produto históricos, fruto da interação entre passado e presente, em meio ao contexto sociocultural. Para José Everaldo Nogueira Junior (2005, p. 13), a língua é um instrumento de interação freqüente que se realiza de maneira dinâmica em situações concretas, nas quais estão envolvidos fatores das mais diversas naturezas. Portanto, a análise da situação em que a manifestação lingüística se apresenta pode complementar as descrições ou esclarecer questões relacionadas aos fenômenos de mudanças lingüísticas.

Ainda sobre a HL, Koerner afirma que tal disciplina inclui,

Questões de periodização, de contextualização e, geralmente, com procedimentos de pesquisa e questões relativas aos deslocamentos de ênfase na prática lingüística efetiva, à identificação de diferentes fases de desenvolvimento em um quadro de trabalho particular ou em períodos de tempo mais amplos, e lida também com questões relativas ao papel dos fatores externos na aceitação ou rejeição de um referencial teórico. (in Nogueira Júnior, op. cit., p. 11)

Percebemos que Koerner sente a necessidade de estabelecer um método prático que permita a interpretação do documento, de modo que as discussões sobre Língua Portuguesa que ocorriam à época de produção do documento analisado possam ser corretamente aplicadas, possibilitando a análise dos fatos da língua e dando subsídios para a compreensão das mudanças lingüísticas.

1.2. Procedimentos de Pesquisa em Historiografia Lingüística

As discussões metodológicas têm avançado substancialmente e, uma das questões já resolvidas é que as pesquisas historiográficas são pautadas em documentos oficiais e não oficiais do passado (Nascimento, 2005, p. 21). Assim, tomamos os registros das cantigas feitos por Aires da Mata Machado Filho como documentos históricos que revelam a interação lingüística dos garimpeiros em determinado tempo e num espaço específico.

Para realizarmos o exame de documentos históricos e das teorias lingüísticas a eles contemporâneas, é essencial lançarmos mão da aplicação prática da metalinguagem, recurso pelo qual o historiógrafo da língua aborda a língua em estudo sem cometer a confusão de misturar conceitos lingüísticos de diferentes períodos. Ou seja, a metalinguagem, em HL, é o instrumento que identifica em documentos do passado o passado da língua e do homem sem se esquecer de que ele, o pesquisador, é um homem da modernidade (*idem*, p. 22). O uso de teorias modernas para análise dos documentos e interpretação do passado pode acarretar distorções da realidade e é por esta razão que a metalinguagem vem preencher a lacuna metodológica, permitindo ao pesquisador descrever e explicar os fenômenos da língua, tendo em vista que cada época influencia a língua em uso de maneiras diferentes. Fávero (2006, p. 28) destaca que o documento deve ser interpretado no seio em que foi produzido. Paradoxalmente, afirma que há uma intransponível distância espaço-temporal entre o cenário no qual viveram as personagens que produziram as obras em estudo e o contexto em que se produz o trabalho, e é por esta razão que o historiógrafo da língua deve empenhar-se em recriar aquele clima histórico com o máximo de fidelidade possível. Essa recriação tem como resultado um diálogo, conforme explicita Fávero (*idem*, p. 29):

[...] o ideal papel da história como disciplina, mais particularmente da História das Ideias Lingüísticas, não é a reconstrução de fatos dispersos e isolados, tampouco o estudo do passado como objeto inerte, mas, especialmente, é o estabelecimento de um diálogo entre o pesquisador e os homens e linguagens de outras épocas.

Segundo Koerner, após o emprego da metalinguagem, deve-se proceder à operacionalização de três princípios metodológicos, quais sejam: a contextualização, a imanência e a adequação teórica. É importante frisar que o estabelecimento de princípios, bem como a utilização do recurso da metalinguagem, não representam uma receita pronta e infalível para as análises historiográficas, sobretudo porque o pesquisador deve “insistir em buscar seu próprio quadro de trabalho, sua própria metodologia e epistemologia.” (Koerner, 1996, p. 46).

No entanto, a definição de conceitos para operacionalização da pesquisa historiográfica tem a intenção de atribuir cientificidade às análises e auxiliar na elucidação

dos fenômenos da língua registrados nos documentos, levando-se em conta o aspecto externo da história da língua, que corresponde aos acontecimentos de ordem política, social ou cultural que sobre ela influenciaram. Além disso, como já dissemos, os princípios elaborados por Koerner não bastam para uma análise completa. A eles o pesquisador deve aliar um saber “enciclopédico”, isto é, deter um amplo conhecimento de mundo que o auxilie a complementar os fatos apurados.

Cumpramos ressaltar ainda sobre o fazer historiográfico que a operacionalização dos princípios acima expostos só é possível ao pesquisador, no caso o lingüista, que reúna características próprias, como a sensibilidade e a maneira própria de sentir e pensar o mundo, aspectos que, quanto mais aprofundados forem, mais facilitarão a compreensão da realidade do passado por ele estudada.

1.2.1. Princípio da Contextualização

Em Historiografia Lingüística, o princípio de contextualização refere-se ao levantamento do maior número de informações possível que nos dêem o panorama da época em que o documento em análise foi produzido. Trata-se de apurar o clima de opinião então estabelecido na sociedade, os fatores sociais, econômicos e políticos que condicionaram a produção do documento, conforme o que afirma Nascimento (op. cit., p. 23):

O documento a ser analisado não pode ser destituído de seu contexto histórico-cultural, das concepções lingüísticas, sócio-econômicas e políticas em circulação à época de sua produção. À inserção temporal do documento, bem como às condições em que foi elaborado devem ser somados o autor, o tipo, a organização, além do editor, capa, tiragem, prefácio, introdução, sumário. Todos esses elementos entre outros, servem de referência para que o leitor relacione-as a todas as informações e atribua sentidos ao documento.

Nessa perspectiva, a contextualização nos permite refazer a trajetória do documento, recuperando a realidade histórica e os aspectos sociais nele impressos por meio da língua,

além de conhecer as teorias lingüísticas da época da forma mais fidedigna possível, levando-se em conta as mudanças paradigmáticas ocorridas no campo científico.

1.2.2. Princípio da Imanência

Após o levantamento do clima de opinião por meio da contextualização, o segundo princípio a ser aplicado para a operacionalização da pesquisa historiográfica é o da imanência, que consiste em alcançar um entendimento amplo do documento, passando pelos aspectos históricos, críticos e filológicos. Nesta fase, analisamos o documento em sua materialidade lingüística, isto é, do ponto de vista da língua, observando as teorias e as terminologias da época e para isso, precisamos recuperar o passado da língua sem deixar que as concepções lingüísticas atuais interfiram nas análises.

Como já dissemos, há uma intransponível distância entre a realidade em que foi constituído o documento e a realidade do pesquisador e este deverá, portanto, empreender uma minuciosa tarefa de recuperar o pensamento do homem do passado, o contexto em que surgiu e quais foram seus reflexos na sociedade. Trata-se, portanto, da restauração do que foi escrito no passado, resultando na compreensão de fenômenos lingüísticos em seu contexto original.

1.2.3. Princípio da Adequação Teórica

Relacionada aos dois princípios anteriores, a adequação teórica refere-se à aproximação das teorias do passado e do presente. Após contextualizar a produção do documento, apurando o clima de opinião vigente à época e, em seguida, ter observado sua materialidade lingüística, valendo-se da metalinguagem para analisar à luz das teorias lingüísticas do passado os dados presentes no documento, o historiógrafo procura então aproximar tais teorias das teorias atuais, associando fenômenos e sugerindo correspondências entre terminologias técnicas do passado e do presente.

Para Nascimento (op. cit., p. 24),

As fontes documentais não se configuram como um espelho fiel da realidade, entretanto, estão abertas à interpretação do historiógrafo da

língua, que também compõe com elas a história. As aproximações dos dados do contexto e os elementos da dimensão interna da língua permitem-nos desvendar, revelar e sistematizar as interações materializadas no documento. Além disso, as informações passadas, impressas no documento, surgem para o historiógrafo da língua não só como representativas de uma época, mas também como uma possibilidade de reconstituição de uma realidade para, primeiramente, recuperá-la e depois traduzi-la para a ciência do nosso tempo.

É, portanto, a adequação teórica um elemento facilitador da compreensão dos dados analisados, por meio do qual o pesquisador reatualiza o documento, interpretando-o com base em tendências modernas, para assim torná-lo, na atualidade, socialmente útil e necessário ao homem (*idem*, p. 23).

CAPÍTULO II: AS CANTIGAS DE TRABALHO NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

1. O contexto histórico e as ideias lingüísticas

Para apurar o clima de opinião que se estabeleceu na sociedade durante o período em que Machado Filho registrou as cantigas, primeiro vamos observar algumas propostas de periodização da história da Língua Portuguesa em uso no Brasil e dos estudos lingüísticos que a ela se referem, elaborados por diferentes autores.

Apoiando-se em critérios sócio-histórico-culturais presentes na língua, Marli Quadros Leite analisa os acontecimentos que, ao longo do tempo, deram novas direções aos estudos lingüísticos no Brasil, adotando-os como marcos para a periodização proposta. Sua pesquisa perpassa pelos métodos historiográficos, uma vez que

entende ser próprio à historiografia investigar não somente a história da evolução léxico-gramatical de uma língua (história interna), mas também a relação dessa mudança com o contexto sociocultural, a política das atitudes relativas à linguagem e, enfim, a filosofia da linguagem de cada época (história externa). (Leite, 1999, p. 53)

Nessa perspectiva, Leite destaca fatos marcantes que implicaram mudanças de atitude perante a língua, a fim de demonstrar com exemplos que o rumo dos estudos segue acontecimentos que vão além dos fatos lingüísticos. Cita as teorias naturalistas do século XIX, que levaram à compreensão da língua como um organismo vivo, condição que a conduziria do nascimento à morte, passando por uma evolução contínua. Esse pensamento gerou uma das polêmicas da língua, a defesa exagerada da norma escrita literária, então considerada como “boa”, “pura” e “perfeita”, devendo, portanto, ser preservada da influência dos falares vulgares do povo, ignorantes das regras léxico-gramaticais. Outro exemplo citado por Leite são as teorias, cujas teses concebiam a língua como uma instituição social, que ganharam força no século XX, em reação ao naturalismo dominante no século anterior, mudando completamente a concepção de língua e direcionando os estudos para a relação da língua com a sociedade.

Quanto à periodização dos estudos lingüísticos propriamente ditos, a autora parte de uma proposta anteriormente desenvolvida por Pimentel Pinto, reformulando-a minimamente, de modo a obter um quadro mais completo dos fatos de maior relevância ao tema língua. É esse o quadro proposto:

1º - (1900-1920) - A exacerbação purista lusitanizante: a) polêmica lingüística entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro; 2º - (1920-1930) - A implantação da norma lingüística brasileira: fluxo e refluxo: a) Monteiro Lobato e o conflito de posições: lusismo e antilusismo, b) Mário de Andrade e a tentativa de instituir uma norma genuinamente brasileira; 3º - (1930-1960) - A busca de equilíbrio: fixação da norma brasileira – a crônica; 4º - (1960 em diante) - A aproximação fala / escrita: Alguns preceitos da Sociolingüística e sua repercussão no uso da língua. (Leite, 1999, p. 53)

Outra proposta nos é apresentada por Marly de Souza Almeida que, reconhecendo a importância do conhecimento da história cultural brasileira como ponto de partida para a localização temporal dos fatos da língua estudados, empreende uma repartição dessa história em períodos. Outros estudiosos já fizeram o mesmo anteriormente, no entanto, como ressalta Almeida, os objetivos dos períodos recortados diferem de acordo com o interesse de cada pesquisador (2005, p. 32). Em seu trabalho, a autora atribui um caráter mais didático que histórico à divisão que propõe, adotando como critério de delimitação a presença de marcas lingüísticas que registram a história cultural brasileira.

Segundo a autora, o primeiro período tem início com A Carta, de Pero Vaz de Caminha, de 1500, e termina com a gramatização do tupi. Uma vez gramatizada, com poucas mudanças foi transformada em língua geral, servindo para a comunicação geral nas províncias. Com a imposição da língua geral inicia-se, ainda no século XVI, o segundo período, que se estende até a segunda metade do século XVIII, com o diretório do Marquês de Pombal, que determinava o uso oficial da língua portuguesa e a extinção da língua geral, inicialmente no Pará e no Maranhão e, em pouco tempo, em todo o país. O terceiro período tem como característica a consolidação da língua portuguesa no Brasil, isto é, uma vez oficializada, a língua portuguesa em uso no Brasil se diferencia da língua em uso em Portugal, ao passo que vai ganhando um jeito próprio de ser, incorporando novos vocábulos e diferentes características étnicas e culturais. Tendo início na segunda metade do século

XVIII, o terceiro período vai até o início do século XX, coincidindo com os resultados da semana da arte moderna, de 1922.

Nas primeiras décadas do século XX, quando se inicia o último período delimitado por Almeida, vislumbramos o momento em que a pequena elite de intelectuais se empenha em reduzir as distâncias entre a realidade brasileira e a forma como era expressa. Em outras palavras, nos períodos anteriores as manifestações culturais eram imitações européias e, ainda que algumas vezes fossem motivadas por ideais nacionalistas e influenciadas por realidades sociais e lingüísticas diversas, acabavam sempre ocorrendo segundo os padrões lingüistas da Europa. Ocorre que esses padrões já não correspondiam à realidade brasileira, falada pela grande maioria, que, contudo, não tinha poder de imposição, o que impulsionou os intelectuais a promoverem uma ruptura dos padrões europeus e se empenharem na luta pela consolidação da riqueza cultural genuinamente brasileira.

Em outra perspectiva, Silvio Elia estuda os fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil repassando os principais fatos ocorridos desde o descobrimento e colonização até o século XIX. Ele divide cada um dos quatro séculos em três seções, Quadro Histórico, Literatura e Língua, e vai apontando as questões inerentes à língua portuguesa, tanto no Brasil quanto em Portugal, contextualizando o clima político e literário que influenciaram o pensamento lingüístico em cada período.

Observados os itens expostos acima pelos diferentes autores, nossa análise faz uma breve investigação a fim de compreendermos a formação intelectual de Machado Filho, bem como situarmos no tempo as cantigas do garimpo que ele registrou.

Aires da Mata Machado Filho nasceu em 1909, em São João da Chapada, no município de Diamantina, em MG, onde iniciou os primeiros estudos, apesar da catarata congênita que lhe prejudicava a visão, tendo realizado o curso secundário no Rio de Janeiro, depois de ter aprendido o sistema Braille. Estudou Direito na Universidade de Minas Gerais, onde posteriormente adquiriu o título de Doutor em Letras e Bibliografia Filológica e Literária, na cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal de MG e na cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia “Santa Maria”, integrada à Universidade Católica de MG. Machado Filho foi fundador da faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, exerceu cargos públicos, foi jornalista e atuou em diversos jornais, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais.

Autor de mais de 50 títulos, cujo primeiro, publicado em 1931, foi *Educação dos cegos no Brasil*, escreveu sobre diversos temas, colaborou na formação de vocabulários oficiais, capacitação de professores, comissões jurídicas e participou da fundação de entidades culturais. Ganhador de vários prêmios, recebeu da Academia Brasileira de Letras o Prêmio João Ribeiro de Filologia e Folclore, pelo conjunto da obra *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, do qual recortamos a amostra objeto de nosso estudo.

A obra *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, do ponto de vista das periodizações, embora publicada em 1933, foi produzida em 1928, na segunda fase do segundo período demarcado por Leite, caracterizado pelos esforços de se instituir uma norma lingüística genuinamente brasileira ou, ainda, situa-se no terceiro período sugerido por Almeida, em que a língua portuguesa oficializada no Brasil assume suas diferenças em relação à língua européia, por meio da incorporação de elementos de outras culturas. Essa abertura para a assimilação de elementos de outras culturas também marcou presença na literatura, tendo início durante o romantismo, logo após a independência política do Brasil. A condição de nova nação independente exigiu que o Brasil criasse uma identidade própria, momento em que o romantismo se engaja nas lutas em defesa da nacionalidade brasileira, principalmente nas obras em que encontramos, por exemplo, palavras de origem indígena, e outras marcas dos falares brasileiros, demonstrando os primeiros passos de um pensamento intelectual consciente de que a cultura brasileira se molda a partir de uma mistura de elementos. Todavia, é nas primeiras décadas do século XX, já no período modernista, que a questão da língua brasileira ganha força.

Do ponto de vista da Lingüística, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo estruturalismo, teoria que considera a língua como um conjunto estruturado, em que se descreve o valor relacional dos elementos.

É fato que não há nas obras de Mata Machado referências diretas às questões lingüísticas que fervilhavam durante o período. Não encontramos um posicionamento claro que o identifique como um convicto normativo ou como um libertário da revolução proposta pelos modernistas, mas sim indícios que apontam para um perfil que valoriza principalmente os padrões europeus como sendo os responsáveis pela boa língua que deve ser praticada. Segundo descrição da Academia de Letras de Viçosa, em MG, da qual foi membro, mestre Aires, como era conhecido, “embora defensor dos altos padrões da

linguagem, acatava as inovações sadias, ciente de que a língua é mais um fenômeno psicológico do que lógico.” (<http://www.alv.org.br/portal>). Parece-nos que Mata Machado adota uma postura amistosa em relação às inovações, reconhecendo a colaboração de elementos étnicos diferentes dos europeus na formação da identidade cultural brasileira, sem que pra isso se coloque em oposição aos padrões de língua e de ensino dominantes. Atua como professor preocupado em ensinar a expressão correta da língua, segundo os padrões da elite, cuidando de abordá-la de uma forma simplificada, a fim de tornar o conhecimento acessível aos alunos. É assim que descreve sua intenção ao travar com o leitor um “despretencioso diálogo”, em livro que reúne textos da seção sobre assuntos de linguagem que mantinha no jornal O Estado de Minas:

Todos sentem a necessidade de expressar-se bem, pelo menos corretamente. Pelo modo de falar e de escrever fazemos uma ideia do interlocutor, tanto de seu grau de cultura, como de sua educação. A língua classifica. Perdemos a fé no advogado, no médico, no engenheiro, no professor, em qualquer profissional de certa categoria que incorre em erros crassos de linguagem. Dá gosto, por outra parte, conversar com o operário que fala corretamente. A língua eleva, mas também desclassifica. (Mata Machado, 1964, p. 10).

Com base nessa opinião, percebemos trabalhava pela manutenção dos padrões de língua estabelecidos conforme a elite conservadora, os quais considerava corretos, sem, contudo, tomar partido nas questões sobre a existência ou não de uma língua brasileira, pontos profundamente debatidos à época. Em outra fala encontramos mais uma indicação da preferência do autor pela norma culta quando diz: “*A boa educação idiomática incute a ideia de que o correto coincide com o mais belo. Quem não o preferirá à erronia?*” (*idem*, p. 10). Todavia, ao ler as dúvidas de português que os leitores de sua coluna enviavam para vê-las esclarecidas no jornal, o autor percebe que há particularidades na língua não contempladas pelas gramáticas:

As particularidades da língua, a matéria sujeita a controvérsias, as manhas e sutilezas, os pontos fracos na tessitura da expressão ensejam dúvidas e perplexidades que as gramáticas não podem resolver. Dissipam-nas estudos que se ocupam com problemas reais, dúvidas emergentes, empenhados mais em aplicações e menos em princípios e generalidades. (*idem*, p. 9).

Fica estabelecido um paradoxo na opinião de Mata Machado em relação ao momento lingüístico pelo qual passava a sociedade brasileira, que via por um lado o movimento modernista empunhando a bandeira da luta em defesa da língua brasileira, e por outro o purismo que buscava conservar a língua nos moldes lusitanos, excluindo os elementos étnicos que contribuíram para forjar a identidade cultural brasileira, expressa também pela língua. Essa colaboração étnica foi e tem sido muito estudada por pensadores de várias disciplinas, e apareceu em várias obras, por exemplo, nos trabalhos de campo realizados por Mário de Andrade, que pesquisou as manifestações folclóricas brasileiras e seus reflexos na língua então falada.

Sobre a formação da identidade cultural brasileira, em artigo sobre a autodescrição da cultura brasileira, em que analisa as relações do português com outras línguas no espaço cultural brasileiro, José Luiz Fiorin discorre sobre os dois princípios formadores das culturas, que são a triagem e a mistura. O princípio da triagem tende a restringir a circulação cultural, concentrando os valores desejáveis e excluindo os indesejáveis. Ao contrário disso, o princípio da mistura faz a cultura mais aberta, buscando sempre a expansão e a participação de valores de outras culturas. Apresenta argumentos para defender a tese de que, embora a cultura brasileira tenha sido marcada pela tendência à assimilação do que é significativo e importante de outras culturas, devemos dizer que ela operou muito mais com o princípio da triagem no período de construção da identidade nacional, sendo o português preponderante em relação às outras línguas, ou à norma culta em relação às variantes populares, que só tiveram voz a partir do modernismo. (Fiorin *in* Bastos, 2008, p. 31).

Ao tentar compreender a relação entre o posicionamento de Machado Filho no que diz respeito à língua portuguesa e as cantigas de trabalho registradas no garimpo, percebemos a abertura temática que o autor permite ao se preocupar com o elemento negro e sua contribuição à língua portuguesa em uso no Brasil. Nesse contexto, ele reúne informações sobre a mineração, o folclore mineiro e a língua, compilando o vocabulário dos faiscadores e registrando as cantigas em dialetos crioulos, a fim de contribuir com os poucos ensaios lingüísticos sobre o tema existentes na época, como os trabalhos de Nina Rodrigues, Renato Mendonça, Gilberto Freyre entre outros.

2. O escravismo e o desenvolvimento econômico do Brasil

Muitos estudos tratam da escravidão no Brasil e seus reflexos em diversos âmbitos. Sabe-se que nos primeiros anos da colonização portuguesa, houve a tentativa de exploração da mão-de-obra escrava dos índios nativos, o que, por diversas razões, não obteve o êxito esperado. Segundo Sílvio Elia (2006, p. 33):

[...] o nomadismo indígena e as características de seu viver tornavam impossível submetê-los ao regime escravocrata: pouco produziam, fugiam para o interior da floresta, de que eram secularmente íntimos, quando não contraíam doença de branco e acabavam por perecer.

Além de sua aversão pelo trabalho sedentário e continuado, os índios contavam com a proteção dos jesuítas, que, sob argumento da catequização dos gentios, viam-nos como almas e por eles militavam, estudando suas línguas, fundando colégios, descrevendo seus costumes e convertendo-os à religião européia.

O tipo de economia empreendido pela metrópole visava obter o maior lucro no menor espaço de tempo possível. Já no século XVI a produção e o comércio de cana-de-açúcar vinham ganhando expressão em Portugal, onde a mão-de-obra africana já se tornara habitual, a exemplo de outras metrópoles como Espanha e Inglaterra.

Embora não haja certeza em relação à data de entrada de escravos negros no Brasil, a primeira expedição oficial que importou africanos ocorreu em 1532, com a autorização de D. João III. Anos mais tarde, com a proibição da escravização de indígenas, em 1570, o comércio de escravos negros com a África Ocidental expandiu-se e intensificou-se. São muitas as abordagens feitas por estudiosos na tentativa de definirem com precisão o número de africanos vindos ao Brasil, bem como seus lugares de origem. Dado o exíguo espaço e a finalidade deste trabalho, optamos por citar apenas algumas dessas abordagens, que julgamos bastante claras e não muito divergentes entre si.

Renato Mendonça dedicou dois capítulos da obra *A influência africana no português do Brasil (1933)*, nos quais apresenta um levantamento de dados sobre a entrada de africanos no país, comparando-os com base em sensores, relatos históricos e estatísticas aduaneiras de vários estados. Importante destacar a enorme dificuldade encontrada por Mendonça e por tantos outros pesquisadores em apontarem resultados precisos devido à

insuficiência de dados provocada pela destruição de todos os documentos da escravidão, conforme ordenado pelo Ministério da Fazenda em 1891.

Marina de Mello e Souza (2007, p. 32) propõe uma divisão dos séculos de comércio negreiro em quatro partes:

De 1440 a 1580 - Escravos vindos da Alta Guiné, região do rio Gâmbia, eram vendidos em várias partes da África, em Lisboa, nas ilhas atlânticas na costa africana e nas colônias da América. De 1580 a 1690 – Enquanto ocorriam as guerras angolanas, a produção açucareira crescia no nordeste do Brasil, região de domínio espanhol. De 1640 a 1647, Espanha domina Luanda, capital angolana, e abastece os engenhos brasileiros com escravos de Luanda. De 1690 a 1850 – Devido ao tráfico de escravos, as relações entre Angola e rio de Janeiro e Costa da Mina e Bahia encontram-se muito intensas, até os anos finais da escravidão.

Esta repartição nos permite compreender melhor a origem dos principais grupos africanos trazidos ao Brasil, assim como ocorre com a análise de Emílio Bonvini, que opta pela divisão em séculos feita por Vianna Filho. Neste caso, distinguem-se o ciclo da Guiné, no século XVI, que trouxe ao Brasil escravos principalmente sudaneses (da África situada ao norte do Equador); no século XVII, o ciclo de Congo e de Angola, trazendo negros da zona banta; no século XVIII, o ciclo da Costa da Mina, que atingiu novamente os sudaneses e, por fim, no século XIX, um período em que vieram escravos de várias regiões, com predominância de negros vindos de Angola e Moçambique.

É fato que os africanos embarcados nos navios negreiros vinham de diversas regiões da África. Os caçadores de escravos vinham dos interiores do continente africano em caravanas, arrebanhando pessoas de diferentes povoados. Estes cativos eram agrupados na costa, confinados em barracões, enquanto aguardavam pelo embarque. Ali, eram misturados povos falantes de várias línguas, provenientes de diferentes culturas, cujos nomes eram ignorados pelos caçadores. Era necessário adotar um nome que os identificasse, ainda que genericamente, que os mercadores pudessem utilizar para se referir à sua mercadoria. Assim, povos trazidos ao Brasil, dembos, ambundos, imbandas, quiocos, lubas, e lundas vindos de Luanda, ovimbundos vindos de Benguela, congos e tios vindos de Cabinda, ajudá e lagos vindos da Costa da Mina passaram a ser denominados conforme os portos em que eram embarcados: Angola, Congo, Benguela e Cabinda. Além desses, havia

ainda os escravos vindos do Golfo da Guiné, conhecidos como “minas” e, posteriormente, os de Moçambique. Para os traficantes, a mistura de povos era favorável porque diminuía as possibilidades de os negros se amotinarem ou conspirarem. O negro, arrancado de sua terra e de sua parentela, chegava à nova terra e se via sozinho diante do desconhecido. Tendia, então, a agrupar-se aos negros de culturas parecidas com a sua.

Devido a esta mistura, refletindo sobre a mescla de africanos vindos para o Brasil e, conseqüentemente, a de línguas africanas, Houaiss ressalta que é pouco provável que uma língua africana no Brasil tenha sido mais falada do que outra, porque

(...) pelo tipo de escolha a que eram submetidos desde os portos negros até sua localização como mão-de-obra no Brasil, os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e linguisticamente (Houaiss in Silva, 2004, p. 18)

Vários ciclos de atividades econômicas se desenvolveram no Brasil e direcionaram a distribuição da mão-de-obra escrava para determinadas áreas do país. Do final do século XVI até grande parte do século XVII, os contingentes escravos eram dirigidos à região que vai de Pernambuco ao Recôncavo Baiano, para abastecer as lavouras de cana-de-açúcar e produzir açúcar a ser exportado para a Europa. Durante o século XVIII, com a descoberta das minas no interior do Brasil, os negros importados eram enviados para as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, para os trabalhos de mineração.

Os negros que desembarcavam no Brasil, como já dissemos, eram selecionados de modo a evitar que povos falantes das mesmas línguas e provenientes das mesmas culturas se organizassem e se rebelassem contra os colonizadores. Todavia, na última etapa do tráfico, século XVIII e início do século XIX (principalmente durante a fase ilegal, de 1831 a 1855), já não era possível manter os processos de seleção, o que acarretou uma aglomeração de negros procedentes da mesma área, particularmente na Bahia e na zona de mineração (Cunha-Henckel, 2008, p. 20).

Os aportes em massa de africanos e a distribuição em diversas zonas geográficas brasileiras durante mais de três séculos contribuíram para que entrassem no país diversas línguas africanas que foram degradadas pelas rupturas a que foram submetidas.

A ruptura semântica foi, sem dúvida, a que mais se sentiu: para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a “girar em falso”, porque não refletiam mais a realidade africana, mas, ao mesmo tempo, ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas. (Bonvini *in* Fiorin e Petter, 2008, p. 33)

Outra questão apontada por Bonvini como uma das rupturas de maior impacto foi o confronto das línguas africanas com outras línguas, ameríndias, portuguesa e outras africanas decorrentes do tráfico. Essas línguas estiveram presentes de forma veicular até o final do século XIX quando dois acontecimentos marcaram sua quase completa extinção. O primeiro, em 1888, foi o fim da escravatura, que provocou uma nova organização dos tipos de produção econômica existentes, em torno dos quais se agrupavam os escravos e, conseqüentemente, onde haviam conservados alguns falares africanos. O outro fato que destacamos, conseqüência direta do primeiro, foi a redistribuição geográfica dos escravos. Com o fim do tráfico transatlântico, intensificou-se o tráfico interno, o que estendeu a utilização da língua portuguesa a toda população negra e, por outro lado, extinguiu os códigos africanos que ainda se alternavam com a língua portuguesa.

Nas décadas seguintes, as antigas línguas africanas foram limitadas a um contexto de clandestinidade, sendo praticadas em situações específicas sob a forma de línguas rituais, empregadas em cultos religiosos como de candomblé e umbanda, ou línguas secretas, utilizadas por comunidades negras isoladas, como um código secreto que permite aos usuários ocultar conversas na frente de estranhos, função que provavelmente exerceram no passado para esconder dos senhores as comunicações trocadas pelos escravos.

Nas cantigas que alisamos, a sobrevivência de códigos africanos se deu devido ao deslocamento de grandes contingentes de escravos para as regiões auríferas. Aparecem misturadas com o português, ora em maior, ora em menor quantidade a cada estrofe.

3. São João da Chapada e a atividade de mineração

A procura por metais preciosos no Brasil já era uma ideia que permeava o pensamento dos colonizadores desde o descobrimento. Ao descrever a terra recém-descoberta em sua Carta ao rei de Portugal, Pero Vaz de Caminha já esboça o interesse em

riquezas minerais ao informar que, até aquele momento, não pôde saber se havia ouro, ou prata, ou coisa alguma de metal ou ferro (Elia, 2006, p. 22).

No século XVII, consolidaram-se os movimentos de expansão territorial no Brasil, e diversas expedições foram realizadas, desbravando os territórios e dando ao país a sua configuração geográfica. Inicialmente chamadas de entradas, as expedições tinham o intuito de explorar os interiores, capturar nativos e estender as fronteiras. Posteriormente, com o anúncio da descoberta do ouro em Minas Gerais, as entradas foram substituídas por movimentos de maior expressão, as bandeiras, que tinham por objetivo a busca de metais preciosos. Tiveram início na capitania de S. Vicente, depois denominada São Paulo, e foram imitadas em outros estados, principalmente do Nordeste. Também no século XVII ocorreram as primeiras rebeliões de escravos africanos, que se embrenhavam nas florestas e acabavam formando agrupamentos que se chamaram quilombos.

A atividade de mineração intensificou-se sobremaneira e, cada vez mais, levas de mineradores começaram a surgir, vindas do interior e do litoral. A região mais pesquisada foi a de Minas Gerais e a exploração aurífera passou por várias fases. Num primeiro momento, era retirado o ouro depositado no fundo dos rios, chamado “ouro de aluvião”. Em seguida, a exploração se voltou ao ouro depositado nas encostas, então chamado “grupiara” e, finalmente, exploravam-se os veios subterrâneos, conhecidos como “galerias”.

A região de Minas Gerais se distinguiu por seu processo de urbanização mais intenso do que no resto do país. As entradas e as bandeiras proporcionaram o estabelecimento dos primeiros arraiais auríferos, como o arraial do Tijuco, o mais célebre de Minas Gerais, dado o luxo de seus habitantes, que se esforçavam em copiar os costumes da Corte. Mais tarde, foi elevado à condição de vila e passou a ser chamado de “Diamantina”.

Manter o controle absoluto sobre as riquezas da colônia não era tarefa fácil para a metrópole e, por isso, foram criados rígidos sistemas de tributação. As Minas do Tijuco estavam sujeitas à regulamentação estabelecida pela coroa portuguesa, cujos tributos variavam entre quinto e a captação, imposto fixo cobrado por cada escravo que o minerador possuísse, além de periódicos confiscos. Também foram criados órgãos fiscalizadores, como a Intendência das Minas, que supervisionava a arrecadação dos tributos sobre a

mineração, e, subordinando-se diretamente à Lisboa, encarregava-se de comunicar a descoberta de novas jazidas. A tributação era feita de três formas: cobrança por bateias, que incidia sobre a mão-de-obra, por captação, cuja cobrança era *per capita*, sobre cada escravo, e, por último, pelas Casas de Fundição, onde se recolhia, fundia, se reduzia a barras e se quintava todo o ouro produzido. Deduzido o quinto, era devolvido aos proprietários. O ouro que circulasse em pó, pepitas ou barras não quintadas era proibido, e punido todo aquele que o detivesse.

Em 1729, foi descoberto diamante no Tijuco, acelerando ainda mais o desenvolvimento da região, ocasionando, em. No entanto, a mineração em grande escala era privilégio dos contratadores, e os impostos cobrados da população eram opressores, levando muitos tijucanos à miséria. Dessa forma, era impossível impedir o avanço do contrabando e, assim, nas acidentadas terras diamantinas, surgiram os primeiros garimpeiros. Denominava-se garimpo as minerações clandestinas, exercidas ilegalmente por aventureiros, aos quais vieram se aliar os quilombolas. Solidários, ambos buscavam subsistência na mineração furtiva, arriscando-se a sofrer severas punições.

Nas adjacências do distrito de Diamantina assentavam-se diversos povos, entre eles, os de S. João da Chapada, arraial estabelecido em 1833, quando da descoberta de uma rica lavra de diamantes. Muitas pessoas se deslocaram para lá, onde uma família de sertanejos mineiros, negros de origem não banta¹, abriram uma pequena faisqueira e deram origem aos trabalhos de mineração. Assim, foram de negros as primeiras casas de S. João da Chapada, de negros livres e senhores de escravos.

¹ Sobre a grafia da palavra banta em lugar de banto, concordamos com Fiorin que aponta diversas razões para justificar a decisão de aporuguesar a grafia dos nomes de povos e línguas africanas, das quais destacamos: “Não é uma atitude respeitosa não flexionar em gênero e número. Atitude respeitosa é tratar com absoluta igualdade, o que significa, na grafia de nomes de povos indígenas e africanos, escrever como se escrevem todos os demais” (Fiorin e Petter, 2009, p. 10)

CAPÍTULO III: ANÁLISE DAS CANTIGAS DO PONTO DE VISTA DA LÍNGUA

1. O sanjoanense e as cantigas de trabalho

A política portuguesa de desenvolvimento cultural excluiu o Brasil durante quase todo o período colonial, o que contribuiu para a marginalização dos descendentes de escravos. Segundo Castro (1980, p. 15):

Dada a mistura das línguas e levando-se em consideração as pressões extralingüísticas que interferiram no processo de comunicação, supõe-se a formação de alguns “falares de emergência” como: o dialeto das senzalas, o dialeto rural, o dialeto das minas e os dialetos urbanos.

Em S. João da Chapada não foi diferente. A vivência nos garimpos, permeada pelas credices de um povo supersticioso que misturava influências africanas e européias, deu origem a um dialeto próprio, com um aparato de 219 palavras africanas, usadas pela população local. Presentes, sobretudo, na música, as palavras, registradas por Machado Filho, com a ajuda de dois negros do local, descendentes de africanos, revelam um pouco da cultura e do viver sanjoanenses. Porém, a despeito desses falares do garimpo, o dialeto de São João da Chapada não tem nome, nunca foi batizado nem pelos falantes, nem por qualquer estudioso, ao contrário, por exemplo, da Cupópia, língua que mistura palavras bantas e portuguesas, atualmente falada por descendentes de quilombolas em Cafundó, a 150 Km de São Paulo.

As cantigas de trabalho entoadas nas lavras, os vissungos, são a maior peculiaridade étnica da população sanjoanense. Os descendentes africanos trouxeram o gosto pela conversação e pela música que acompanhava qualquer ocupação diária. No serviço de mineração os negros cantavam o dia inteiro, de madrugada a caminho do trabalho, ao meio-dia, à tarde. De maneira geral, os vissungos são divididos em “boiado”, que é o solo cantado sem acompanhamento, e “dobrado”, que é a resposta dos outros em coro, acompanhados de ruídos feitos pelos próprios instrumentos de trabalho. Os cantos registram fases do trabalho nas minas ou, ainda, guardam teor religioso e místico. As

traduções dos vissungos são chamadas “fundamento” e nem todas podem ser reveladas, sendo reservadas apenas aos iniciados.

Se o trabalho de transcrição das cantigas do garimpo realizado por Mata Machado nos dá um rico material para ser estudado a partir de perspectivas diversas, não podemos deixar de destacar que pouco nos informa do ponto de vista da língua. As narrativas e descrições conduzem o leitor muito mais a um conhecimento da história do garimpo em Minas Gerais e do folclore da região, haja vista o título da obra, que não faz qualquer referência a uma abordagem lingüística e nem ao registro das cantigas. As explicações do autor limitam-se às traduções ou interpretações do significado das cantigas (fundamentos). Nossa tentativa será a de buscar nas amostras indícios de regularidades ou irregularidades que possam ser reconhecidos como influência africana na língua portuguesa.

Outra reflexão necessária é a de que, embora afirme Mata Machado que a influência de línguas minas sobre o português seja muito maior do que as bantas, devido à mistura de línguas e ao deslocamento dos negros no período pós-abolição, já explicados, e devido à ausência de argumentações no âmbito lingüístico que comprovem a procedência exata dos garimpeiros, limitaremos nosso olhar ao reconhecimento de características sintáticas, morfológicas, lexicais ou semânticas, sem nos atermos à discussão da origem. Ressaltamos que não temos a intenção de homogeneizar os povos africanos, reproduzindo a antiga e preconceituosa visão mitológica de que a África toda é um grande bloco negro, uma unidade, e assim ignorar toda a riqueza e diversidade de culturas povos e línguas. A escolha é movida apenas pelo fato de que apurar as origens dos elementos registrados nas cantigas pressupõe o conhecimento das línguas africanas ou o estudo detalhado dos itens em questão, trabalho que não cabe nesta proposta devido à sua extensão.

Uma das principais características que moldam a formação dos povos descendentes de africanos é a religiosidade. Presságios, visões obtidas em sonhos, benzeduras, feitiços, preces para curar doenças ou pedir chuva. Todos esses elementos sobrenaturais e credices forjaram o modo de ser em São João da Chapada e estão representados em grande parte das cantigas. Nelas é possível identificar a mistura de elementos do cristianismo, como se vê na canção apresentada por Mata Machado (tabela 1) para ilustrar o “coreto”, festa típica do município de Diamantina, em que os participantes se reúnem para beber e cantar:

Tabela 1

“Oia como bebe
Esse povo do Brasí
Inxuga um garafom
Mai depressa q’um funí.
Mi’a santa Catarina
Santa de cabelo loro
E’ uma santa milagrêra
Qui mora ni pé de moro”.

(p.26)

Note-se que a canção transcrita na tabela 1 não é um dos vissungos, mas foi citada para que pudéssemos compreender os costumes do povo de S. João da Chapada. Esse primeiro exemplo nos remete a uma reflexão sobre a forma como são representados os falares de determinados povos, sobretudo quando a representação é feita por alguém de outra realidade, como é o caso de Mata Machado. Embora, tenha nascido em São João da Chapada, Mata Machado era um homem branco, escolarizado - ainda que em condições diferenciadas, como já dissemos - e, principalmente, não descendia de povos ex-escravos, não trabalhava no garimpo e utilizava a língua portuguesa conforme os padrões de elite. Por esta razão, toda tentativa de transcrever estrofes cantadas em dialetos e línguas essencialmente orais, que não possuíam escrita, será sempre uma imitação, o que é considerado por alguns estudiosos como um retrato impreciso da realidade lingüística. Contudo, considerando-se que o trabalho de coleta do material empreendido por Mata Machado visava reproduzir com a maior fidelidade possível a cultura de um povo para que fossem explorados todos os aspectos a ele pertinentes, identificamos nessas “imitações” pistas que nos indicam como era a língua e de que forma era utilizada.

A respeito do levantamento de aspectos fonéticos em documentos escritos, Nogueira Junior (2005) considera ser esta mais uma possibilidade de análise em Historiografia Lingüística, que, em tese, deveria lidar apenas com documentos escritos, uma vez que, no caso dele, as comédias de Martins Pena e no nosso, semelhantemente, as cantigas de

garimpo, procuram reproduzir a fala de determinado grupo, fazendo com que a HL lide, indiretamente, também com a oralidade.

Assim, no que diz respeito à língua, observando a cantiga de coreto citada, podemos apontar alguns fenômenos lingüísticos que se dão na oralidade. Em “*oia como bebe*”, temos o fenômeno fonético da vocalização, isto é, a substituição do *lh* por *y*, quando encontramos o uso de *oia* em lugar de *olha*. Notamos, ainda, na mesma cantiga, o fenômeno fonético de redução de fonemas por apócope, em “*Brasí*” e “*funí*”. Trata-se da queda da consoante final *l*, comum na fala brasileira.

Importante frisar que a atribuição de uma origem à tal tendência é bastante discutida entre estudiosos. Uns a consideram como característica própria dos falares indígenas, outras a tomam por influência de falares africanos. Em Elia (2003), sobre a apócope temos que nas línguas tupi há tendência para a queda das consoantes que não se encontram apoiadas em vogal seguinte da mesma palavra ou da palavra imediata, de onde se atribui à participação indígena no português do Brasil a queda das consoantes finais. Todavia, o próprio Elia comenta sobre o caráter discutível da afirmação, tendo em vista as contestações de Gladstone Chaves de Melo que afirma ser esta uma tendência comprovada em outras línguas distantes do tupi, como os falares românicos francês e friulês. Verifica também que do latim ao português não se deu a queda do - *r* final, não estando na deriva de sua evolução fonética. As mesmas justificativas são apontadas quando se trata da vocalização. Diante do impasse, Elia prefere considerar um caso de “crioulismo”:

Creio que fenômenos que tais, atualmente próprios de nosso falar popular ou coloquial distenso, quando não possam ser irrogados documentadamente ao português antigo e, entre nós ora aparecem atribuídos ao tupi, ora a uma língua africana de maior difusão, como o quimbundo ou o nagô, devem ser capitulados como “crioulismos”, ou seja, simplificação nascida em boca de aloglotas analfabetos, praticantes, aliás, de uma língua não flexional. (Elia, op. cit., p. 57).

Para Mendonça (1972, p. 59), a inexistência do - *l* em tupi não é suficiente para se imputar a ele a transformação do fonema línguo-palatal *lh* na semi-voga *y*. Explica-se, primeiramente, pela substituição gradual do índio pelo negro que se acentua do século XVII em diante, chegando o índio a praticamente desaparecer do país no século XIX. Além

disso, Mendonça constata a presença de fenômenos idênticos, tanto vocalização quanto apócope, em diferentes dialetos crioulos, como o caboverdeano, o guineense, o da ilha de S. Tomé e o da ilha do Príncipe. Cumpre ressaltar a opinião de Mendonça no que toca à falta de distinção entre a origem indígena e africana de fenômenos percebidos no português do Brasil, sob alegação de sofrerem os estudiosos influência direta dos indianistas do romantismo, conferindo ao índio proeminência indevida na formação da nacionalidade brasileira, que, a despeito do negro, sugeria motivos sentimentais e heróicos para “*passatempo dos elegantes do Império.*” (*idem*, p. 59).

Da observação dos argumentos acima arrolados, parece-nos um tanto simplória a solução de Sílvia Elia de considerar mero crioulisto questões que podem ser mais exploradas, como fizeram outros estudiosos, conforme veremos mais à frente. Muito razoável nos parece a opção de Castro (1995, p. 10) ao afirmar que a tendência do falante brasileiro em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais coincide com a estrutura silábica das palavras em banto e em ioruba, que nunca terminam em consoantes.

Outro fenômeno fonético que encontramos na cantiga de coreto está em “*milagrêra*”, que em lugar de milagreira, não apresenta o – *i*, caracterizando o fenômeno da redução, pelo qual os ditongos *ei* e *ou* são reduzidos a *ê* e *ô*, respectivamente. O mesmo encontramos no vissungo XII, conforme tabela 2 abaixo:

Tabela 2

<p>Solo:</p> <p>Ai! Passagêro quemou campo, auê! Lobo-lobô ta quemano, auê! Oia, mãe Mina ta chorano, auê!</p> <p>Coro:</p> <p>Ai! omboê, ai! Ai! omboá, ê! Ê... rê-rê... ê</p> <p>(p. 77)</p>

Como vemos na tabela 2, temos a redução *ei* → *e*: *passagêro* por passageiro; *quemou* por queimou; *quemano* por queimando. Temos ainda a redução de *nd* → *n*: *quemano* por queimando; *chorano* por chorando. Elia (2003) aponta que esse tipo de redução que encontramos no vissungo da tabela 2 é uma das alterações fonéticas que têm sido imputadas às línguas indígenas sem a devida comprovação, apenas pelo fato de não terem ocorrido em Portugal. Todavia, Mendonça já havia detectado a presença de tal fenômeno operando entre dialetos crioulos da África. Nos versos 3 e 4 do vissungo XII temos um caso de aférese, na presença de *ta* por estar. Trata-se da supressão de fonemas do início das palavras.

Conforme verificado por Mata Machado, o fundamento do vissungo XII diz que a mãe Mina, uma preta-velha, está chorando porque um passageiro ateou fogo ao campo, queimando as frutas de lobo-lobô que ela apanhava para comer. Nota-se aqui um aspecto da religiosidade, na figura da preta-velha, entidade popular muito comum na umbanda. Os pretos-velhos são tidos como negros muito idosos que viveram o tempo da escravidão no Brasil (Castro, 1995, p. 10).

Freqüentemente apontado como fenômeno lingüístico ligado à presença africana no Brasil, encontramos também nas cantigas do garimpo o *suarabácti* ou *epêntese*, para desfazer grupos consonantais, como vemos no vissungo LXII:

Tabela 3

<p>Solo:</p> <p>Muriquinho piquinino, ô parente, muriquinho piquinino, de quissamba no cacunda. Purugunta adonde vai ô parente. Purugunta adonde vai Pru quilombo do Dumbá:</p> <p>Coro:</p> <p>Ei, chora-chora mgongo ê devera chora, mgongo, chora (bis)</p> <p>(p. 93)</p>

Em “*purugunta*”, nos versos 5 e 7, temos a intromissão da vogal – *u*, entre as consoantes *r* e *g*, que termina por produzir outra sílaba. Esse fenômeno, também comum às estruturas silábicas das línguas bantas e iorubá, marca a tendência de desfazer os encontros consonantais, conforme observado por Mendonça, que detecta no quimbundo a presença de *Rodolofu* por Rodolfo. Da mesma forma, Mata Machado constata esse tipo de alteração fonética em *Quelemente* por Clemente e *fulô* por flor.

Segundo o que nos informa Mata Machado, o fundamento desse vissungo fala sobre um moleque, de trouxa às costas, que vai fugindo para o quilombo do Dumbá. Os outros que ficam choram por não poderem ir também. Interessante notar o verso 4 “*de quissamba no cacunda.*”, em que temos a palavra quissamba, que significa trouxa, mochila. Consultando o vocabulário compilado por Mata Machado no último capítulo do livro (p. 134), encontramos a palavra *quissama*, registrada com a redução de *mb* para *m*. Essa variação na forma como o próprio autor registra a mesma palavra nos dá a ideia da imagem da pronúncia realizada pelos garimpeiros, ao mesmo tempo em que demonstra o caráter transitório de apropriação de termos de uma língua por outra. Chama-nos atenção também no mesmo verso a expressão “*no cacunda*”. Comumente considerada como uma corruptela de corcunda, a palavra corresponde a forma *kakunda*, do quimbundo e é hoje muito comum aos dialetos populares no Brasil. Também podemos observar que é antecédida no verso pela contração da preposição *em* com o artigo *o*, formando *no*. Essa colocação nos remete às constatações de Castro quanto à ausência de marcas de gênero característica das línguas africanas. Vejamos os vissungos XIII, em que o negro gaba as qualidades de seu cavalo e o XXXVIII, em que invoca a lembrança de pai e mãe que estavam no Tijuco, nas tabelas 4 e 5, respectivamente:

Tabela 4

<p>Solo:</p> <p>Mia cavalo anda em pé, iôrô! Mia cavalo come em pé. O riabo leva o cavalo mia cavalo anda em pé.</p> <p>(p. 77)</p>
--

Tabela 5

E! mia pai! ererê! Mia mãe O Tijuco combaro quilombô maiaué! ê lê lê, mia pai, ê <p style="text-align: right;">(p. 86)</p>
--

Em *mia cavalo*, *mia pai* e *mia mãe*, notamos a instabilidade de gêneros que pode ser explicada, segundo Castro, por uma aproximação das línguas africanas que não distinguem as marcas de gênero. Destaca também que o uso da expressão *minha senhor* é freqüentemente observado no cancionário popular português antigo e também ocorre na linguagem popular e na fala do preto-velho, entidade comum na umbanda, conforme já comentamos.

Inúmeros outros aspectos podem ser observados como resultantes do contato prolongado das línguas africanas com a língua portuguesa no Brasil. Estudiosos apontam interferências semânticas, no vocabulário e até na morfologia e na sintaxe, embora essas últimas apareçam em menor quantidade. No entanto, atualmente, alguns conceitos tem sido revistos, como no caso do termo “influência” africana na língua portuguesa que, segundo Bonvini, já não é adequado, bem como o conceito de “crioulização”, conforme veremos adiante.

2. Influência, crioulização, semicrioulização e alternância de códigos

Um importante aspecto a se considerar nos estudos dos elementos resultantes do contato de línguas africanas com o português no Brasil, no que diz respeito à história do saber lingüístico sobre esse assunto, são os conceitos de crioulização e de influência. Bonvini (*in* Fiorin e Petter, 2008, p. 17) verifica as visões de renomados estudiosos que, ao longo dos anos, reexaminaram a questão da influência africana. Cita Silva Neto que

sustentava ter havido no Brasil falares africanos episódicos, crioulos e semicrioulos que eram apenas uma deformação e uma simplificação do português.

Diferentemente, Melo (*apud* Bonvini, *op. cit.*, p. 18) conclui que o papel da presença africana era somente o de acelerar as tendências latentes da língua, desqualificando os aspectos crioulizantes, haja vista eles refletiriam o desenvolvimento ou a manutenção de um aspecto interior do português, independente de toda influência externa.

Outro posicionamento citado por Bonvini, o qual também já comentamos nesse trabalho, é o de Sílvio Elia (*idem*, p. 18), que diferencia semicrioulos e crioulos, sendo o primeiro um estágio preparatório para o segundo. Para Elia (*idem*, p. 18), não teria havido crioulos no Brasil, somente semicrioulos como uma simplificação da língua portuguesa. Dessa forma, acredita não ter a língua portuguesa sofrido influência das línguas africanas, não havendo fusão cultural, mas sim assimilação de uma cultura por outra.

Partindo do princípio de que a presença maciça de falantes nativos de línguas negro-africanas na população brasileira da época colonial e imperial devia deixar profundos traços lingüísticos, Castro admite a influência africana, sem, contudo, considerar a existência de um crioulo, já que o português do Brasil não possui traços que possam ser comparados aos crioulos falados em outras colônias.

Bonvini comenta, ainda, sobre estudos de lingüistas estrangeiros que ora consideram o português do Brasil como um crioulo, ora como semicrioulo, todos eles baseados em procedimentos científicos de análise que levaram em conta dados léxico-semântico, morfossintáticos e sócio-históricos, além de pesquisas de campo.

Por outro lado, Bonvini também apresenta as pesquisas que contestam as hipóteses de crioulição desenvolvidas por Naro, que considera elementos extralingüísticos, entre os quais a preexistência de uma língua geral, que inibiu o desenvolvimento de um semicrioulo, e a concentração de populações africanas majoritariamente iorubá na Bahia e banta nos outros estados, em lugar de populações dispersas, o que não poderia favorecer a constituição de crioulos.

Igualmente, Tarallo (*apud* Bonvini, *op. cit.*, p. 20) discorda da hipótese de crioulição, alegando que, se o português brasileiro se originasse de um crioulo de base portuguesa, ele deveria ainda situar-se na fase de descrioulição, caminhando no sentido

de um língua-alvo, no caso o português europeu, quando o que se verifica são mudanças no sentido contrário, isto é, no sentido de distanciamento do português europeu.

Naro e Scherre (*apud* Bonvini, *op. cit.*, p. 20), corroborando a hipótese de Tarallo, defendem em artigo citado por Bonvini que o português no Brasil resulta de uma confluência de motivos, reconhecendo a participação de aloglotas, sem, porém, constatar por isso a existência de uma língua mista, além de sustentar que o desenvolvimento do português no Brasil seguiu tendências seculares, já embutidas na língua de Portugal. Esclarecem, ainda, que as sementes trazidas de lá (Portugal) germinaram mais rápido e cresceram mais fortes aqui, devido às condições se mostrarem mais propícias à confluência de motivos citada. (Bonvini *in* Fiorin e Petter, *op. cit.*, p. 20).

Todas essas considerações nos levam a refletir sobre algumas questões colocadas por Bonvini, que resultam no reconhecimento da necessidade de um prosseguimento da pesquisa, desde que feito a partir de novas bases teóricas. Isso porque, conforme afirma, as hipóteses formuladas e reformuladas ao longo do tempo parecem nunca ultrapassar esse estágio, demonstrando um caráter indeciso e, por vezes, repetitivo. Além disso, o autor ressalta que a carência de documentos e dados históricos relativos à presença e à identidade efetiva de línguas africanas faladas em solo brasileiro retira o valor probatório das hipóteses, fazendo delas apenas conjecturas de trabalho. Ressalta, ainda, que as hipóteses, geralmente, tomam o português do Brasil de forma isolada, desconectando-o do português falado em outros lugares, como uma peça linguisticamente destacada.

O método de pesquisa adotado é outro fator explorado por Bonvini, que após analisar os dados históricos e os estudos precedentes, na ausência de documentos devidamente identificados e datados em que se mencione a existência de um crioulo no Brasil, opta pela hipótese de alternância de códigos:

[...] é razoável pensar que, na maior parte dos casos e numa duração de vários séculos, a única opção lingüística deixada aos escravos que desembarcavam no Brasil foi a de uma “alternância de códigos” do tipo “code switching”, obrigados que eram a optar seja pelo emprego do português, seja pelo de uma língua africana, veicular ou não, já empregada por aqueles que os precederam. (Bonvini *in* Fiorin e Petter, *op. cit.*, p. 53)

Em outras palavras, é necessário considerar-se um novo cenário para interpretar a presença de elementos resultantes do contato das línguas, levando-se em conta dados realmente atestados e datados, além da ampliação do espaço geográfico “língua portuguesa” como espaço de análise. As constatações de Bonvini parecem esclarecer o fato de que alguns dos vícios catalogados por Mata Machado estejam totalmente em língua africana, outros totalmente em língua portuguesa e outros misturados, onde se vêem palavras africanas e palavras em língua portuguesa.

Em suma, as reflexões de Bonvini resultam na conclusão de que não é apropriado falar-se em “influência”, ou em “crioulização” ou, ainda, em “semicrioulização”, mas interpretar a presença de vocábulos e outros elementos de origem africana no português falado no Brasil como um “simples fenômeno de empréstimo lingüístico feito pelo português, completamente normal em si, provocado por uma situação de contato de línguas”. E complementa apontando a existência do mesmo fenômeno na própria África, onde “línguas africanas se apropriam de termos do português, readaptando-os às regras fonológicas e morfológicas específicas de cada língua envolvida.” (*idem*, p. 102).

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho pudemos perceber que, relativamente ao estudo dos elementos africanos na língua portuguesa falada no Brasil, muitas questões ainda não foram exaustivamente ventiladas. As de maior expressão talvez sejam as questões metodológicas, sobretudo de historiografia lingüística, no sentido de desenvolvimento de um método mais prático e confiável de trabalho em que se possam analisar questões pertinentes à história e à língua, a fim de se desfazerem confusões quanto à origem e conflitos de ideias. Todavia, notamos a importância do levantamento dos estudos precedentes, visto que, postos em diálogo, é justamente dos conflitos de ideias e opiniões, bem como das diferentes interpretações de dados, que surgem novas teorias a serem experimentadas, contribuindo assim para o desenvolvimento do saber histórico-lingüístico sobre o assunto.

Outro ponto importante que notamos no que concerne à Historiografia Lingüística encontra-se no fato de que as tentativas de aplicação prática de procedimentos de pesquisas não se mostraram de fácil trato, haja vista as diferentes abordagens do tema, que tomam por objeto de estudo da HL ora a língua, ora a história das ideias lingüísticas. Parece-nos útil aos pesquisadores, sobretudo em trabalhos principiantes como o nosso, considerar no princípio de contextualização, uma divisão em dois aspectos, contemplando ambas as propostas. Assim, no primeiro momento seria feito o levantamento histórico dos fatos da cultura e da sociedade e, num segundo momento, o levantamento histórico dos estudos lingüísticos relacionados à amostra que se pretende analisar.

O conhecimento dos estudos lingüísticos já desenvolvidos levaria o pesquisador a uma maior habilidade ao lidar com o segundo princípio, o da imanência, em que sentimos a necessidade de conhecer aspectos lingüísticos propriamente ditos, em circulação no passado, questões essas que, por razão de espaço e fins específicos, acabaram sendo tratadas superficialmente nesse trabalho, o que nos fez deixar de considerar, por exemplo, questões relacionadas à lingüística histórica, que carecem de apuração minuciosa, ou, ainda, outros aspectos da presença de elementos resultantes do contato do português com línguas africanas, como o estoque lexical e outras marcas semânticas, fonéticas e morfosintáticas não contempladas nesse trabalho.

Ao analisarmos as cantigas pudemos identificar muitas das marcas lingüísticas apontadas por estudiosos como sendo característica do contato das línguas sem, contudo, conseguirmos aplicar o último princípio citado, o da adequação lingüística. Entendemos que, embora tenham servido para nos inserir nos estudos desse tema, dando-nos a conhecer alguns desses elementos, as cantigas apresentadas não se mostraram suficientes para que pudéssemos proceder ao terceiro princípio, que, em tese, prevê a aproximação de teorias modernas, visando tornar o documento socialmente útil aos dias de hoje. Pudemos notar que, para tal, seria preciso, antes de tudo, um estudo mais aprofundado, que revisse, desde o método adotado, até a ampliação da amostra, possibilitando que outros aspectos de contradição e confirmação pudessem ser contemplados, para assim obtermos dados mais fiéis que dêem conta de representar com mais propriedade a realidade lingüística tomada como objeto de análise.

Conhecer essas necessidades permite-nos considerá-las em trabalho posterior e, assim, caso seja possível supri-las, poderemos passar à experimentação do terceiro princípio, para concluir sobre sua aplicabilidade e coerência.

Finalmente, cumpre dizer que os trabalhos mais recentes, organizados por José Luiz Fiorin e Margarida Petter (2008) são uma retomada moderna do tema, mostrando-nos o quanto ainda se tem a explorar e o quão necessário é considerarmos a questão da presença africana no português do Brasil, paralelamente aos estudos que consideram a presença africana no português falado em outros países, inseridos, portanto, em realidades diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Marly de Souza. Língua portuguesa no Brasil à luz da Historiografia Lingüística. In: NASCIMENTO, J. V. (org.). *A Historiografia Lingüística: Rumos possíveis*. São Paulo: Edições Pulsar, 2005 p. 31-47.

BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. *História Entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BASTOS, Neusa Barbosa. O fazer historiográfico em Língua Portuguesa. In: BASTOS, N. B. (org.). *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004.

CÂMARA JR. J. Mattoso. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Dimensão dos aportes africanos no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1995.

_____. *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1980.

CUNHA-HENCKEL, Rosa. *Tráfego de palavras: africanismos de origem banto na obra de José Lins do Rego*. Recife: Massangana, 2005.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FARACO, C. A. *Lingüística Histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções lingüísticas no século XIX: A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. Heranças: o ensino secundário no Império. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/ EDUC, 2002.

FILHO, Aires da Mata Machado. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

_____. **Português fora das gramáticas**. Belo Horizonte: Edição Siderosiana, 1964.

FIORIN, José Luiz e PETTER, Margarida Maria Taddoni (orgs). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, José Luiz. Autodescrição da cultura brasileira: triagem ou mistura? As relações do português com outras línguas no espaço cultural brasileiro. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural**. São Paulo: EDUC, 2008.

HOUAISS, Antônio. **O Português no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999.

MELO, Gladstone Chaves de. **A Língua do Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MELLO E SOUZA, Marina de. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

NASCIMENTO, J. V. Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística. In: NASCIMENTO, J. V. (org.). **A Historiografia Lingüística: Rumos possíveis**. São Paulo: Edições Pulsar, 2005.

PETTER, Margarida. Africanismos no Português do Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Histórias das Ideias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional**. Pontes/Unemat, Campinas, Cáceres, 2001.

PIMENTEL PINTO, E. **O Português do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1978.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA NETO, S. **Contribuição ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

TARALLO, F. *Tempos Lingüísticos: Itinerário histórico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

Academia de Letras de Viçosa / Aires da Mata Machado. Disponível em <<http://www.alv.org.br/porta>>, acesso em: 28 out. 2009.

HistóriaNet: A Nossa História / Mineração no Brasil Colonial. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=302>>, acesso em 24 fev. 2010.